



O ESPAÇO VIVIDO, PRÁTICAS TERRITORIAIS E A RELAÇÃO COM O TURISMO DOS BARQUEIROS DE RIO FORMOSO – PE¹

Paula, Elvira de²

Vasconcelos, Priscila Batista³

Ferreira, Franciele Maria Costa Ferreira⁴

Resumo:

No presente artigo discutimos resultados preliminares sobre o contexto sócio espacial vivido e as práticas territoriais dos sujeitos autodenominados de Barqueiros do município de Rio Formoso – Pernambuco, em relação com o turismo náutico. Uma reflexão atrelada ao projeto em andamento “População negra e turismo náutico na Área de Proteção Ambiental - APA de Guadalupe: território, natureza e cultura”, financiado pelo Edital Propesqi - UFPE nº 10/2020. Pesquisas de campo e bibliográficas são a base para melhor compreender e problematizar o espaço dos sujeitos em tela, que almejam uma inserção igualitária na atividade turística náutica praticada no estuário do rio Formoso.

Résumé :

Dans cet article, nous discutons des résultats préliminaires à propos du contexte socio-spatial vécu et les pratiques territoriales des sujets autoproclamés de Barqueiros dans la municipalité de Rio Formoso, au Pernambouc – Brésil, en relation avec le tourisme nautique. Une réflexion liée au projet en cour « Population noir et le tourisme nautique dans la zone de protection de l’environnement – APA de Guadalupe : territoire, nature et culture », financé par Propesqi – UFPE nº10/2020. Les recherches de terrain et bibliographiques sont la base pour mieux comprendre et problématiser l’espace des sujets ci présentés, qui souhaitent une insertion égalitaire dans l’activité touristique nautique pratiquée dans l’estuaire du fleuve Formoso.

Palavras-chave: Barqueiros; Espaço vivido; Turismo; Rio Formoso-PE

¹ Financiado pelo Edital Propesqi nº 10/2020 (Edital Institucional de Apoio à Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais UFPE)

² Universidade Federal de Pernambuco, elvira.cpaula@ufpe.br

³ Universidade Federal de Pernambuco, priscila.vasconcelos@ufpe.br

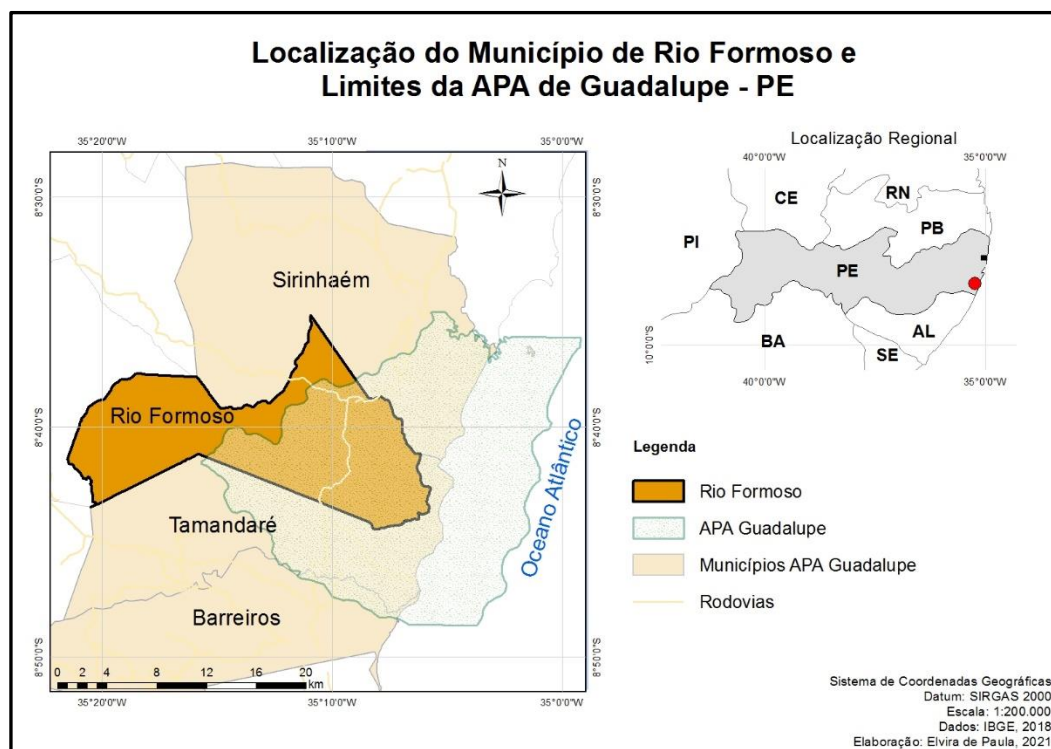
⁴ Universidade Federal de Pernambuco, franciele.costa@ufpe.br



Introdução

Discutimos no presente trabalho resultados preliminares sobre o contexto sócio espacial vivido e as práticas territoriais dos sujeitos autodenominados de Barqueiros do município de Rio Formoso, Pernambuco (figura 1), em relação com o turismo náutico. Um grupo composto em sua maioria por uma população negra, que compartilha o espaço a partir de suas representações e valores subjetivos (FREMONT, 1976; STASZAK, 2013) com forte ligação com a natureza, imbuído por uma carga cultural herdada que lhes proporciona um modo de vida e trabalho onde a terra e a água são de vital importância para manutenção da subsistência.

Figura 1: Localização do Município de Rio Formoso - PE



Fonte Dados: IBGE, 2018

Essa população está imbricada num cenário de intensificação dos conflitos de ordem ambiental e de uso pelo mesmo espaço, envolvendo as atividades náuticas nessa região do litoral sul de Pernambuco. Uma intensificação ocasionada, em grande medida, pela expansão da atividade turística de grande fluxo de visitantes e da prática náutica recreativa na APA de Guadalupe. Ao mesmo tempo, esta é uma reflexão atrelada ao projeto em andamento (Edital Institucional de Apoio à Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais UFPE) “População negra e turismo náutico na Área de Proteção Ambiental - APA de Guadalupe: território, natureza e



cultura”, pensado a partir da experiência desenvolvida pelo Zoneamento Ambiental e Territorial das Atividades Náuticas - ZATAN da Região do Estuário do Rio Formoso/APA de Guadalupe, em 2018/2019, com o apoio financeiro do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) da Alemanha, por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

As águas e manguezais do estuário do Rio Formoso compõe uma paisagem ímpar no litoral pernambucano, nordeste brasileiro, por apresentar uma riqueza em biodiversidade e práticas espaciais de populações tradicionais uma vez que é território da pesca artesanal de algumas comunidades pesqueiras que usam diretamente o estuário do rio Formoso e a área do complexo recifal (INSTITUTO OCEANÁRIO, 2010). Ali, existem ainda os territórios institucionalizados da APA de Guadalupe, Área de Proteção Ambiental – APA Costa dos Corais, o Parque Natural Municipal de Tamandaré e a Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira. É uma região conhecida principalmente pelo forte apelo turístico, intensificada nos últimos anos a partir da implementação, pelo Governo do Estado, do sistema viário do Complexo Turístico – Guadalupe. Incentivos que datam da década 1990, impulsionados por uma política de expansão turística do Estado, a exemplo de projetos como Costa Dourada e PRODETUR.

Em termos de contexto da problemática a ser analisada, destaque-se que nos últimos 10 anos, a mencionada Área de Proteção Ambiental vem apresentando um aumento significativo das atividades náuticas, tornando-a um polo de concentração da prática náutica no estado de Pernambuco. Em junho de 2018 a Capitania dos Portos de Pernambuco, em reunião do Grupo de Trabalho – GT Náutico/PE (criado no âmbito da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla - CTE ORLA/PE), entregou uma lista das lanchas e jet-skis cadastradas nos 3 (três) municípios que englobam o estuário do rio Formoso (Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré). Segundo listagem, encontram-se na área 7 (sete) marinas regulares: Paraíso de Ariquindá, Marina Pontal do Maceió, Marina Alto mar, Marina Campas, Marina Sirinhaém, Marina dos Carneiros, Marina Ariquindá. Ao todo elas abrigam 413 embarcações do tipo lancha e moto aquática (jet-ski).

Em recente listagem, sobre quantidade de embarcação por tipo e por Organização Militar da Marinha, publicada no site da Marinha do Brasil, em julho de 2018, a Capitania dos Portos de Pernambuco apresentou o quantitativo de 3054 lanchas e 2324 motos aquáticas (jet-ski) registrados. Diante desses dados, pode-se inferir que o quantitativo geral de lanchas abrigadas nas Marinas do estuário do Rio Formoso representa 10,67% do valor total registrado na Capitania dos Portos- PE, e as motos aquáticas representam 3,74% do total. Em que pese a



situação de lanchas e motos aquática que estão nas garagens das casas de veraneio, esse valor tende a aumentar. E, ainda, de acordo com dados fornecidos pela Cooperativa de marinheiros de Tamandaré – COOPEMART, Associação dos Canoeiros e Barqueiros Náuticos de Turismo do Rio Formoso – ACABANTURF, Associação dos Jangadeiros de Tamandaré – AJT, Associação dos Trabalhadores de Transporte Náutico da Praia dos Carneiros – ATTNPC e prestadores de serviços náuticos local, o quantitativo aumenta para cerca de 582 embarcações.

De maneira geral, percebeu-se que a população envolvida no trabalho náutico apresenta as características de ser majoritariamente masculina e negra, para o caso dos marinheiros operadores das embarcações de turismo e lazer ligadas às marinas e à rede hoteleira, dos barqueiros do município de Rio Formoso que em sua maioria são pescadores, e dos jangadeiros e lancheiros de Tamandaré. Houve exceção para o caso das barracas de alimentação da praia da Argila que são lideradas, majoritariamente, por mulheres negras de Rio Formoso. Para o caso dos empresários da rede hoteleira e de bares e restaurantes, proprietários das marinas e das lanchas e moto náuticas e proprietários dos catamarãs, a população é preponderantemente masculina e branca.

Essa diferenciação a partir do recorte de raça e gênero na divisão de trabalho da atividade náutica contém a manifestação das desigualdades do processo de desenvolvimento do Brasil, que comprovadamente aponta uma vulnerabilidade econômica e social das populações negras e indígena (PETRUCCELLI; SABOIA (Org.),2013; CARNEIRO, 2018; 2011). População essa que ultrapassou a marca dos 50% em termos de composição total da população brasileira no último censo, de 2010. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar- PNAD, em 2012, a população de Pernambuco constitui-se de 63,9% de pretos e pardos, 34,5% de brancos e 0,4% de indígenas e o mesmo percentual dos que se consideram amarelos (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2016a). É inegável o peso da participação da população negra na composição demográfica brasileira, especialmente em Pernambuco que se apresenta mais negro do que a média brasileira.

Dentro desse contexto, para a realização dessa pesquisa, foi primordial a experiência adquirida na construção participativa do ZATAN, através de pesquisa-ação, mapeamento participativo e estratégico, entrevistas e encontros com os mais diversos atores; ao mesmo tempo que, pesquisas de campo posteriores ao Zoneamento contribuíram para um reconhecimento de área e problematização do tema aqui exposto. As pesquisas bibliográficas serviram para além de construir o referencial teórico atual, foi também suporte para melhor compreender o espaço e as práticas territoriais dos sujeitos que ali vivem e sobrevivem.



Buscando apresentar e refletir o desenrolar da pesquisa até o presente momento, este artigo está dividido em três partes: a primeira delas traz uma reflexão sobre o espaço vivido dos sujeitos em apreço, orquestrado pelas águas do estuário do rio Formoso. Em seguida, daremos foco às práticas territoriais ali existentes e a determinados conflitos que permeiam as atividades náuticas no local. Por último, apresentamos nas considerações finais, pistas para o descortinar e melhor conhecer os sujeitos que buscam uma inserção igualitária na prática do turismo náutico praticado na região do estuário do rio Formoso.

2. “Os caminhos que a água dá”: situações do espaço vivido na APA de Guadalupe

Ao pensarmos o espaço vivido, como sendo aquele das práticas cotidianas, valorizado pelas pessoas que ali vivem e de suas representações, conforme nos aponta Frémont (1976), é possível pensar o espaço dos sujeitos em tela que têm as águas do estuário do rio Formoso sua principal referência, seja como morador, pescador ou condutor de embarcações com finalidade turística. É este estuário que, entre outros, rege o “caminho” e o modo de vida daquelas pessoas, a partir das heranças deixadas pelas gerações pretéritas, estreitando a relação material, psicológica e simbólica com o espaço que lhes pertence.

O estuário é comum a três municípios, Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré (ver figura 01). Juntos eles compartilham a “realidade geográfica - dos homens que ali estão - os lugares de sua infância, o ambiente que evoca sua presença” (DARDEL, 2014, p.181), a identidade, toponímias (CORRÊA, 2011) e práticas territoriais intrínsecas do local. É das águas, que boa parte dos que ali estão tiram seu sustento como a pesca, coleta de crustáceos e a atividade turística náutica. Somada a essas atividades também está a agricultura, as quais juntas conformam os principais meios de sobrevivência para muitas famílias, há algumas que praticam em concomitância mais de uma atividade como forma de poder garantir uma melhor situação financeira no final do mês.

Vale citar ainda que, durante os meses mais complicados da pandemia de Covid-19 quando as atividades turísticas foram paralisadas, muitos barqueiros foram obrigados a buscar outras atividades, como por exemplo o trabalho na construção civil, como forma de garantir a manutenção da família. Uma forma de viver aberta/forçada às adaptações e improvisações diante das brechas encontradas no sistema de relações de base histórica racista como o caso da situação espacial da cana de açúcar.

Ao tratar da ‘Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira’, Araújo (2011) considerou que os sujeitos participantes dessa comunidade são portadores de um modo de vida híbrido



entre agricultura e pesca, no qual a história de relação com a terra remonta uma ancestralidade africana-indígena entremeada pela *plantation* na condição de moradores descendentes de pessoas escravizadas. Em que pese as diferenciações internas da população negra da APA, em termos do contexto do turismo náutico vê-se uma amplificação do modo de vida híbrido ao constatar-se que o turismo é fonte de renda de muitas famílias.

Entendendo-se que os sujeitos barqueiros trazem como base histórica de sociabilidade as relações ancestrais africana-indígena, classificados pela academia como um modo de vida tradicional, cabe destacar segundo estudo de Alfredo Wagner Almeida (2004), que a ideia de populações tradicionais é elemento da auto-atribuição, aparecendo na sociedade brasileira nos anos 1980. E, ganhando força com o advento de novos movimentos sociais como os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, os ribeirinhos, pescadores, quilombolas. Esses movimentos possuem relações profundas com o território em termos de consciência ecológica e ancorados por fatores étnicos com certo nível político organizativo.

As populações tradicionais estão ligadas territorialmente às denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, que segundo Alfredo Wagner Almeida (2004),

expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza.[...] A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força: laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. Aí a noção de “tradicional” não se reduz à história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. (2004, p 9)

Para o caso de Rio Formoso, o Diagnóstico da Pesca identificou alguns pescadores envolvidos com o turismo, por eles classificados como de base ecológica e utilizando barco de pequeno porte. Na época do citado estudo, chegou-se à conclusão que o número de pescadores envolvidos na atividade era muito baixo. Contudo, nos trabalhos de campo do ZATAN, através de observação direta da paisagem e entrevistas com pescadores e representantes da Prefeitura de Rio Formoso, percebeu-se uma considerável participação desses sujeitos locais na oferta do serviço turístico, eram aproximadamente 100 barqueiros envolvidos no trabalho e, ligados à Associação dos Canoeiros e Barqueiros Náuticos de Turismo do Rio Formoso - ACABANTURF.

Esses barqueiros envolvidos na atividade turística produzem espacialidades distintas. Numa relação íntima com o território a partir do espaço social vivido, para eles o “território é



o chão” como nos fala Milton Santos. Território “é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (SANTOS, 2000, p. 96). Na autodenominação “nativos” da região, eles não são meros consumidores de paisagem, eles têm conhecimento detalhado do território, do ciclo da natureza, um conhecimento empírico e sensitivo que lhes permite a prática de um turismo diferenciado e, de base comunitária a partir de suas experiências com seu espaço vivido.

Em sua maioria, os barqueiros trabalham com embarcações construídas em madeira (ver figura 02), são barcos que testemunham a herança e vivência de uma cultura ribeirinha e, insistem em conservar o saber-fazer tradicional, ao mesmo tempo que parecem cumprir uma “ideia de desobediência tecnológica” (OROZA, 2012) ao resistirem aos apelos do avanço tecnológico e a dinâmica capitalista que é notória naquela região através de, por exemplo, muitas das embarcações construídas e equipadas com artigos de última geração. Uma “desobediência” que pode contribuir para reafirmar suas identidades e os valores que lhes são atribuídos em situação de escassez pecuniária. Reside aí um conflito entre permanecer com uma embarcação inferiorizada pelo discurso/performance daqueles que detém capital, o que causa em alguns barqueiros um senso de inferioridade e desincentiva a descida do rio, ou migrar para uma lancha e deixar para trás um dos mais potentes significantes do ser barqueiro.

3. Nas rotas dos posicionamentos híbridos: práticas territoriais e turismo

Embora a política de expansão turística tenha contribuído, dentre outros, a dar visibilidade ao turismo na região, com ele tensões territoriais surgiram e se tornaram objeto de estudo, mapeado em dissertação sobre os conflitos socioambientais na APA. Problemas como poluição sonora e alta velocidade das embarcações, disputa entre barqueiros e donos de catamarãs para realização de passeios turísticos e a promoção de shows na área protegida, foram apontados por SILVA (2011). A autora buscou suporte em estudos sobre justiça ambiental (ACSERALD, 2004), e identificou que esses projetos não contemplaram a fragilidade e vulnerabilidade dos ecossistemas costeiros da APA e os impactos ambientais, assim, os resultados disso são distribuídos assimetricamente entre a população usuária do espaço, cabendo aos menos capitalizados o ônus prevaLENENTE. Constatações dessa natureza também foram identificadas em nossa pesquisa, uma vez que, embora o tempo tenha passado, a mesma tendência para as práticas turísticas náuticas ainda existe, prevalecendo a lógica de desigualdade social e racial da sociedade brasileira em detrimento do acesso e uso dos recursos ambientais e os benefícios econômicos gerados da atividade.



Diante dessa conjuntura, registra-se que o debate sobre injustiça ambiental nascido nos E.U.A., nos anos 70, como parte das observações e luta da sociedade civil (sindicatos, grupos ambientalistas e outros) em apontar que existia uma distribuição espacialmente desigual da poluição segundo a raça das populações a ela mais expostas, reforça a necessidade do debate como sustentáculo. Segundo Acserald (2009), apoiado em estudo de Dorceta Taylor sobre a ascensão do paradigma da justiça ambiental, destaca que “não haveria como separar os problemas ambientais da forma como se distribui desigualmente o poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos: formas simultâneas de opressão seriam responsáveis por injustiças ambientais decorrentes da natureza inseparável das opressões de classe, raça e gênero. (ACSERALD, 2009).

Perante o paradigma da justiça ambiental, questionamos como os sujeitos menos capitalizados, majoritariamente negros e negras, estão situados e posicionados nessa complexa relação de turistificação do espaço? Levando em consideração que o uso do espaço estuarino e marinho na constituição do polo náutico turístico e de recreação, na área em tela, gera a ascensão de conflitos de ordem ambiental e territorial com danos incalculáveis para a natureza e para a população tradicional local, como perda de território pesqueiro. Ainda que, parte dessa população venha participando do esquema de turismo náutico, a sua inserção se demonstrou precária em termos de ganhos pecuniários e regime de trabalho.

Essas espacialidades distintas também estão relacionadas com as disputas e conflitos no território. Seguindo na esteira da desigualdade socioespacial racista herdada desde o Brasil colônia (RAMALHO, 2017), durante visitas de campo percebeu-se a inserção precarizada dos barqueiros de Rio Formoso na atividade turística. Nesse cotidiano de competição desleal do mercado turístico, ao contrário dos passeios realizados pelas empresas de catamarã que estão inseridas em redes de turismo inter-regionais bastantes estruturadas, os barqueiros dependem em grande parte da abordagem da clientela na beira da praia e portas de restaurantes e hotéis (ver figura 2), uma vez que ainda não possuem ponto de apoio ordenado e consolidado para acolhimento dos turistas. Embora essa prática de turismo considerada de base comunitária conte com o apoio da APA, ajustes ainda são necessários para uma melhor inserção desses sujeitos.



Figura 2: Na espera por clientes: barqueiro na prainha do rio Formoso.



Foto: Consultoria ZATAN, 2018

A partir das visitas de campo foi possível perceber através dos variados relatos que no local parece existir ações estratégicas para manter os barqueiros sob regime de subcontratação de serviços, por parte de determinados empreendimentos de turismo, o que enfraquece a própria auto-organização deles a partir da Associação, ao mesmo tempo que torna demeritório o trabalho por eles ofertado. Segundo relatos de alguns entrevistados que demonstraram preocupação pela forma como são vistos, existe na área uma prática racista e invisível de marginalização dos sujeitos barqueiros a partir do enquadramento do corpo negro na imagem do bandido e da boataria do crime como possibilidades de furto e do mal atendimento do serviço que oferecem. Situações como essas criam dificuldades aos barqueiros para conseguir clientela, acesso à seguridade social ao desempenhar o trabalho, níveis baixos de arrecadação de capital, marginalização e criminalização são, entre outros, problemas mais recorrentes entre esses sujeitos. Tendo em vista o cenário exposto acima, como podem os sujeitos barqueiros desfrutarem de uma inserção igualitária nas atividades do turismo náutico ali praticadas?



4. Considerações finais

Os resultados dos últimos censos e pesquisa populacionais avançaram no quesito representação racial no corpo geral de caracterização da população brasileira, fruto em grande medida da luta do movimento negro em busca do descortinamento da situação negra num território que participou do processo de escravização atlântica. Para além do panorama populacional e todas as consequências em termos de políticas públicas acarretadas a partir desse marco, ainda incipientes, trazer à tona a temática da cor/fenótipo ou raça interfere no campo dos embates de ordem do imaginário, por uma sede de representação e visibilidade, segundo Rosane Borges, em prefácio da edição brasileiro do livro de Bell Hooks (HOOKS, 2019). Ela considera que o século XXI trouxe como umas das pautas principais a indissociabilidade entre políticas e representação. Quando se provoca a visibilização como estratégia política se mexe nas estruturas de poder, que se utilizam da produção de ausências e silenciamentos, como nos traz Achille Mbembe (2018).

Neste sentido ressalta-se a importância de pesquisas como a Série de Estudos e pesquisas do IBGE (2019) sobre Informação demográfica e socioeconômica, intitulada Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, em 2018. Os resultados alcançados pelo estudo apontam para as seguintes assertivas:

a população de cor ou raça preta ou parda possui severas desvantagens em relação à branca, no que tange às dimensões contempladas pelos indicadores apresentados – mercado de trabalho, distribuição de rendimento e condições de moradia, educação, violência e representação política. No mundo do trabalho, por exemplo, a desocupação, a subutilização da força de trabalho e a proporção de trabalhadores sem vínculos formais atingem mais fortemente a população preta ou parda. Indicadores de rendimento confirmaram que a desigualdade se mantém independentemente do nível de instrução das pessoas ocupadas. Tais resultados são influenciados pela forma de inserção das pessoas de cor ou raça preta ou parda no mercado de trabalho, qual seja: ocupam postos de menor remuneração e são menos representadas nos cargos gerenciais, sobretudo os de mais altos níveis. (IBGE, 2019)

Sendo assim, conhecer os sujeitos barqueiros em seus aspectos sócio-espaciais por cor ou raça e gênero, suas práticas territoriais e de relação com a natureza avançará no descortinamento e visibilização (HOOKS, 2019; MBEMBE, 2018) da situação negra num território que participou do processo de escravização atlântica. Reconhecer que as injustiças ambientais, um movimento de manutenção das estruturas de poder historicamente construídas, decorrem da natureza inseparável das opressões de classe, raça e gênero é condição *sine qua non* para uma análise coerente com a realidade em foco.



Por outro lado, é possível perceber, a partir dos relatos dos entrevistados, o desejo que tem os sujeitos barqueiros de serem reconhecidos em sua atividade e em poder fazer parte de forma igualitária da atividade turística náutica presente na região.

5. Referências Bibliográficas:

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, V.6, N.1 / Maio, 2004.*

ARAÚJO, Marli Gondim de. **Comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: conhecimento tradicional e potencialidade da agroecologia na zona da mata pernambucana**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **1º Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial**. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, 2016a.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma Vida**. São Paulo, Editora Letramento, 2018.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, Selo Negro, 2011

CONSULTORIA ZATAN. **Diagnóstico de elaboração participativa do Zoneamento Ambiental e Territorial das Atividades Náuticas - ZATAN da região do estuário do Rio Formoso, na APA de Guadalupe, no litoral sul de Pernambuco**. SEMAS: Recife, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Las formas simbólicas espaciales y la política. In: Perla; HAESBAERT, Rogério; CASTRO, Hortensia; ADAMO, Susana (org). **Geografías Culturales: Aproximaciones, intersecciones y desafíos**. Editorial de la facultad de filosofía y letras, Universidad de Buenos Aires, 2011.

DARDEL, Éric. **Écrits d'un monde entier**. Héros-limite, 2014.

FREMONT, Armand. **La région espace vécu**. Paris, Presses Universitaire de France, 1976.



HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Traduzido por Stephanie Borges. São Paulo: N-1 edições, 2019.

INSTITUTO OCEANÁRIO. **Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco**. Vol. IV, Litoral Sul, 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2018.

OROZA, E. 2012. Desobediência Tecnológica. In: **Ernesto Oroza (website)**. <http://www.ernestooroza.com/desobediencia-tecnologica-de-la-revolucion-al-revolico>. Acesso: 03 de outubro de 2021.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Org.). **Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades**. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Rio de Janeiro, 2013. (Estudos e Análises: informação demográfica e socioeconômica 2)

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima**. São Cristóvão: Editora UFS; Campinas: Ceres - UNICAMP, 2017. 428 p. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/2020-10/RAMALHO%2C%20Cristiano.%202017.%20Embarcadi%C3%A7os%20do%20encantamento.pdf>. Acesso: 29/09/2021

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Vivian Damasceno. **Conflitos socioambientais da atividade turística em unidades de conservação: a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe – Pernambuco**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

STASZAK, Jean-François. Espace Vécu. In: LEVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (org). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Editions Berlin, 2013.